

## METALINGUAGEM E GRAMATIZAÇÃO NO BRASIL: GRAMÁTICA-FILOLOGIA-LINGÜÍSTICA

*Eni P. Orlandi\**

**RESUMO:** *Tratamos da articulação entre as diferentes disciplinas sobre a linguagem – a Gramática, a Filologia e a Lingüística – em sua história de constituição no Brasil, face ao ensino da língua portuguesa. Para isso refletimos sobre a institucionalização desses estudos na Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, e na Universidade de São Paulo, assim como da relação desses estudos com a gramatização da língua no século XIX e do estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) nos anos 50 do século XX. Isso nos permite colocar as bases para uma reflexão sobre a relação metalinguagem/terminologia e sobre a importância da relação entre a Filologia e a Lingüística como disciplinas acadêmicas para o ensino da Língua Portuguesa enquanto Língua Nacional do Brasil.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *Gramática; Filologia; Lingüística; metalinguagem; terminologia.*

### Introdução

No século XIX, os gramáticos desempenharam um papel muito importante, entre outros, articulando a produção do saber metalingüístico à constituição da língua nacional no Brasil (Orlandi, 1988).

---

\* UNICAMP, IEL Departamento de Lingüística/LABEURB.

O autor de gramática no Brasil do século XIX tem uma posição de saber que não é simples reprodução do saber lingüístico português. Sendo a independência um já adquirido, no momento da República no Brasil – com sua ideologia positivista (Orlandi, 1993) – não basta aos brasileiros saber sua língua: é preciso, do ponto de vista institucional, saber que eles a sabem. A gramática é o lugar de visibilidade desse saber legítimo que pertence à sociedade brasileira como um todo. Deslocando esse saber metalingüístico de Portugal para o território brasileiro, os gramáticos deslocam ao mesmo tempo o direito de decidir *como* é esta língua, a língua portuguesa (brasileira). O autor de gramática, no século XIX, tem um lugar de responsabilidade como intelectual em uma sociedade que se organiza e tem uma posição de autoridade em relação à singularidade do português no Brasil.

A unidade do Estado se materializa nas diferentes instâncias institucionais, de que faz parte a construção da unidade da língua, de um saber sobre a língua e dos meios de sua transmissão – a fundação das Escolas e o estabelecimento dos programas de ensino. A gramática também é lugar de construção e de representação dessa unidade e dessa identidade dando forma à relação entre Língua/Nação/Estado. No século XIX, a produção das gramáticas brasileiras é um dos componentes da identidade lingüística, da identidade nacional, e da identidade do cidadão na sociedade brasileira. É assim que surge uma posição-autor *gramático brasileiro*, onde se produz um conhecimento legítimo da língua que corresponde a um gesto de apropriação da própria língua. A gramatização do português no Brasil mune o cidadão brasileiro de uma língua, visível na gramática, e legitima a relação do brasileiro com a escrita. Isto realiza a reivindicação de Macedo Soares (1879): “Escrever como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”. Pelo próprio gesto de assinar a gramática, os gramáticos brasileiros, no século XIX, tomam posição no movimento social de construção da história brasileira na formação do Estado, na organização da sociedade brasileira com suas instituições em que as do saber ocupam um lugar importante. A República é uma prática

política que favorece o desenvolvimento das Instituições, das Escolas, dos projetos de ensino, estes desencadeando ao mesmo tempo a produção de dicionários, de gramáticas, de antologias etc. O século XIX no Brasil é um momento em que a Língua e o Estado se conjugam em sua fundação, em que o gramático desempenha um papel intelectual e político.

## **1. Na virada do século XX**

No início do século XX esse cenário muda. O Estado brasileiro já se definiu assim como se definiram nossas diferenças em relação a Portugal. No fim do século XIX foi fundada a Academia Brasileira de Letras (1897), e nos anos 30 de nosso século se organiza o ensino superior, pela criação das faculdades, a Escola já tendo adquirido seu pleno desenvolvimento. Por outro lado, acordos ortográficos se firmam, signo da independência política no domínio da língua nacional. As gramáticas não desempenham mais o papel de estabelecer os difíceis limites da identidade brasileira face a Portugal: elas só tem que mantê-los. É então produzida uma quantidade enorme de gramáticas cuja diferença não refere mais aos gramáticos e suas filiações teóricas. Trata-se bem mais de diferenças descritivas e analíticas: diferenças de análise da frase e de seus complementos, distinções que incidem sobre adjuntos e sua descrição etc. Esta situação em que há uma profusão exagerada de gramáticas está na base da proposição da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) em 1957/1958.

Esta produção exagerada de gramáticas com discussões de detalhe e distinções não muito claras, não muito visíveis, levou Mattoso Câmara (1976: 56), um dos mais importantes lingüistas brasileiros, a declarar: "De meu lado eu tenho de dizer que considero a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) um excelente passo em direção ao combate ao arbitrário e à fantasia individual a respeito da nomenclatura. No século XIX, dizia-se que cada professor de filosofia alemã se

obrigava a criar um sistema filosófico para si. A Alemanha é a terra da filosofia; no Brasil, que é a terra da gramática, todo professor de português se crê obrigado a criar uma nomenclatura gramatical sua"<sup>1</sup>.

A abundância excessiva de gramáticos apaga pouco a pouco a materialidade da função-autor gramático do século XIX, função que era a garantia da construção conjunta de uma língua própria e de um Estado independente. Uma vez que a questão do Estado já estava resolvida com a Independência e a República, a prática da produção das gramáticas toma um outro sentido e uma outra forma no século XIX. Esta abundância é, em certa medida, índice de uma perda de importância sócio-histórica do trabalho do gramático.

Nessa perspectiva, e como parte desse processo, a NGB resultou de uma intervenção direta do Estado que produziu a homogeneização, a fixação da terminologia gramatical no Brasil. O governo brasileiro criou uma comissão de especialistas que elaborou uma terminologia que, por sua vez, foi imposta por um decreto do Estado. Com a NGB os gramáticos foram despossuídos de seus lugares de autor que tinham no século XIX quando podiam dizer (e nomear) a língua portuguesa no Brasil, via discussões teóricas, decisões terminológicas, análises gramaticais dos fatos da língua que se fala desse lado do Atlântico. A NGB cristalizou a gramática, ou melhor, ela reduziu a gramática a uma nomenclatura fixada<sup>2</sup> e o gramático perdeu seu estatuto de autor, de criador, ou, pelo menos, perdeu uma sua forma de autoria: ele só pode repetir. As diferentes e variadas posições dos gramáticos do século XIX que tomavam a cargo a responsabilidade de um saber sobre a língua – com as diferentes filiações teóricas, trabalhando as diferenças entre gramática

---

<sup>1</sup> Ele acrescenta que a produção exagerada de gramáticas se deve: a. ao pedantismo exibicionista com uma epidemia de termos novos (ele cita Jakobson para sustentar suas palavras) e b. às divergências doutrinárias profundas pois não há doutrina segura sem uma nomenclatura precisa (ele cita Otto Jespersen).

<sup>2</sup> Esta redução terminológica no Brasil é muito influenciada pelas idéias positivistas (Cf. Lauro Baldini, 1998): um nome corresponde a uma coisa e isto deve ser um princípio também para a gramática.

geral, gramática histórica, gramática analítica, gramática descritiva etc. – são desautorizadas pelo Estado brasileiro. No século XX há transferência desse lugar criativo de invenção para os lingüistas: onde o lugar de autor de gramática é esvaziado de sua importância pela NGB se situa o lingüista como produtor de conhecimento científico sobre a língua. Daí em diante, o saber do gramático deve ser caucionado pelo lingüista.

Na fase que começa com os gramáticos do século XIX, o que está em jogo é o pertencimento da língua ao Brasil: reivindica-se a língua portuguesa *do* Brasil. Depois dessa fase, com as garantias de um Estado brasileiro já existente, a especificação da língua é só a localização de uma história particular: a língua portuguesa *no* Brasil. Há aí um efeito de pre-construído que joga a favor da existência de um Estado brasileiro.

A questão colocada pela língua migra de uma posição diretamente política e intelectual para se tornar cada vez mais uma questão explicitamente científica. Há um trajeto que é marcado pelo crescimento da cientificidade. Na medida em que o Estado se desenvolve e a sociedade brasileira adquire uma forma mais definida, o argumento científico ganha mais legitimidade.

A relação da língua com o Estado se torna menos imediata, atravessada pelo conhecimento científico. As tensões se deslocam para o campo da ciência: a filiação a teorias que apagam ou não a historicidade da língua, que mostram ou não os efeitos políticos das teorias gramaticais (universais ou particulares). A questão é de saber quem tem e como ter acesso ao conhecimento científico sobre a língua e a seus usos mais variados. A relação não se faz mais entre os Portugueses e Brasileiros, mas, no Brasil, entre teorias científicas sobre a linguagem. A explicitação progressiva da imagem do Estado se acompanha da caracterização da questão lingüística como uma questão científica.

Após a imposição da NGB a Lingüística passou à frente da Gramática. Com a elaboração de sua metalinguagem, a Lingüística su-

plantou – no plano do conhecimento da língua – a Gramática tal como era concebida no século XIX. A Gramática – via esforço terminológico da NGB imposta por um decreto do Estado – persiste no entanto no ensino escolar, produzindo efeitos sobre o conhecimento da língua, ao lado do conhecimento lingüístico e de sua metalinguagem. O fato dessa convivência é fundamental.

Há, pois, uma ambivalência que se mantém entre a Gramática e a Lingüística. As duas são respostas próprias ao jogo complexo da relação unidade/diversidade na língua: a da Lingüística – com a objetivação científica da língua na sua unicidade – e a da gramática – imposição escolar de uma norma lingüística gramatical. Temos como resultado, de um lado, a instituição de uma *terminologia* imposta por especialistas ligados ao ensino da língua enquanto língua nacional, oficial, servindo pois diretamente a uma política da língua, e, de outro, a elaboração de uma *metalinguagem* com fins explícitos de reflexão, estabelecendo um olhar teórico em relação aos fatos de língua e que também trabalha a objetivação de uma língua única, ainda que não em seu aspecto histórico.

## **2. Gramática, filologia, lingüística**

Podemos observar o jogo das disciplinas sobre linguagem no plano da produção do saber e de sua função social considerado na relação com o núcleo da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB).

Historicamente, o ensino de português, língua nacional, está ligado à gramática. A gramática é, pois, a forma dominante de estudos da língua na Escola.

Na organização do saber, há duas disciplinas que estão ligadas ao desenvolvimento do ensino da gramática na Universidade: a. a Filologia (Românica e Portuguesa) e b. a Lingüística.

Na história do ensino universitário brasileiro, em São Paulo, a Lingüística teve sua origem ligada à Filologia Românica – que desen-

volvía também estudos de Lingüística Indo-Européia – enquanto a Filologia Portuguesa acolhia os estudos de gramática da língua portuguesa.

Em 1934, com a fundação da Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras acolhia, na seção de Letras Clássicas e Português, o curso de Filologia Portuguesa e Clássica (Grego e Latim) ministrado por um português: Francisco Rebelo Gonçalves da Universidade de Lisboa. O brasileiro Othoniel Motta será seu sucessor. Em 1940, Silveira Bueno, um dos importantes (e polêmicos) filólogos do português no Brasil, tomará esse lugar. Opondo-se à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro – que, a partir de sua fundação em 1939 torna-se o modelo das faculdades brasileiras em geral – em que a denominação era Língua Portuguesa (seguramente assegurada pelo grupo de professores do Colégio Pedro II), ele instala o curso de Filologia e Língua Portuguesa na USP. Ele liga Filologia à Língua Portuguesa, segundo sua palavras “para sair dos velhos domínios das gramáticas”, o que nos lembra a função autor de gramática do século XIX. O ensino superior, diz ele, exige erudição (S. Bueno, 1967). Aí está um sintoma da relação tensa entre São Paulo (onde a gramática filosófica tem sua tradição) e o Rio de Janeiro (onde as tendências de modernização no século XIX haviam introduzido a Gramática Histórica).

É ainda preciso lembrar o fato de que antes da fundação da Universidade do Brasil no Rio de Janeiro, em 1939, havia a Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Distrito Federal, criada em 1937, onde a Filologia era ensinada por mestres franceses: Georges Millardet da Universidade da Sorbonne, Jacques Perret e Jean Bourcier da Faculdade de Letras da Universidade de Montpellier. Esta instituição desaparece com a fundação da Universidade do Brasil<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Em 1927, José Oiticica funda o Instituto de Filologia, e, em 1931, Francisco de Campos funda a Faculdade de Educação, Ciências e Letras que, no entanto, não chega nem mesmo a se instalar.

A Filologia Românica só se instala na Universidade de São Paulo em 1940 sob a influência da Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro. Daí a necessidade de distinguir-se, posta por Silveira Bueno. Nesse momento há então cursos de Filologia Românica ao lado de cursos de Filologia e Língua Portuguesa, em São Paulo. Em 1961, a partir da lei de Diretrizes e Bases (decreto 4024), os cursos se chamam: Filologia da Língua Portuguesa e Filologia Românica. Em 1965, sob a demanda de um grupo de estudantes da Universidade de São Paulo – Emílio Giusti, Eni Pulcinelli e Lélia Erbolatto – é criada a especialização em Letras, domínio de Lingüística Geral, no curso de Filologia Românica, sob a direção de T. H. Maurer (Indo-europeísta e lingüísta). Desse curso consta também a disciplina Sânscrito, ministrada pela professora Maria Luiza Miazzi.

A Filologia desempenha assim um papel mediador e contraditório. Mesmo se, a partir dos anos 50, o estruturalismo lingüístico – eu me refiro aqui aos *Princípios de Lingüística Geral* de Mattoso Câmara publicado em 1942 e reeditado em 1954, ou seu *Estrutura da Língua Portuguesa*, publicado em 1970 – abre a via para a gramática descritiva e, em termos de metalinguagem e de cientificidade, cauciona o conhecimento gramatical no sistema escolar, é no entanto a Filologia Portuguesa que dá sustentação teórica para a inscrição da gramática da língua portuguesa no quadro das disciplinas universitárias. Esta contradição não pára de produzir seus efeitos ao nível da formação dos professores assim como na organização do conhecimento gramatical na Escola. É esta contradição que está na base do sistema escolar que assegura o ensino da língua: de um lado, a legitimação pela Lingüística, do outro, a presença sempre grande da gramática via terminologia (NGB). Entre as duas, a Filologia – que se apresenta sob a forma de comentários – tece a difícil articulação entre o saber e a prática da língua, na relação entre unidade e diversidade. É assim que trabalham essas formas de discurso (o discurso filológico e o discurso lingüístico) sobre o discurso da gramática.

Se consideramos, agora, a gramática como instrumento lingüístico, como objeto histórico, o ensino ganha uma nova perspectiva.



Não se trata mais de uma simples utilização da gramática no ensino. Não falamos mais da função da gramática mas do funcionamento da produção de um saber sobre a língua na relação desta com o sujeito e a sociedade na história. Falamos do funcionamento histórico-social da gramática, ou mais largamente, das ciências da linguagem.

## **Conclusão**

Nós podemos concluir, fazendo menção ao equívoco que trabalha a relação com a língua e com o saber metalingüístico, representado aqui pela relação contraditória entre Gramática, Filologia e Lingüística. Equívoco necessário que trabalha a ligação entre um saber cientificamente sustentado (Lingüística) e uma prática – falar sua língua – que se representa como um adquirido do sistema escolar, pela aprendizagem da gramática, através de uma terminologia imposta por decreto (NGB). Para terminar, fazemos referência à polissemia da palavra gramática para dizer que a separação entre a gramática, enquanto sistema de regras (Lingüística) e de uma terminologia imposta (NGB), e a gramática enquanto instrumento lingüístico em que a identidade lingüística, social e histórica formam um todo (gramática no século XIX), está seguramente na base desse equívoco. Assim, não é sem conseqüências esse papel desempenhado nos bastidores pela Filologia, em sua relação com a Gramática, que lhe assegura desse modo um lugar (confortável) face à Lingüística e o ensino da língua.

Há assim em relação à língua, um campo trabalhado por uma múltipla determinação disciplinar – Gramática, Filologia, Lingüística – que faz variar o discurso científico jogando sobre a relação entre terminologia e metalinguagem. Nessa história, a metalinguagem assegura a produção do saber, enquanto a terminologia, jogando sobretudo do lado da interdição, representa ante uma política institucional ou disciplinar votada à cristalização. No entanto, o jogo entre metalinguagem e

terminologia, tal como pudemos mostrar, nos assegura do fato de que entre a língua e o saber lingüístico há sempre espaços de interpretação. Isto resulta, a meu ver, do fato de que a importância da Lingüística se acompanha da produção do saber da Filologia que, por sua vez, não apaga o saber produzido pela Gramática, forma de conhecimento de linguagem que as precede. A relação entre elas não é de acréscimo, de acúmulo mas trabalhada pelo equívoco, pelas contradições. De onde a possibilidade do novo e do conhecimento, do movimento na história da língua.

**RÉSUMÉ:** *Il s'agit d'un travail sur l'articulation entre différentes disciplines langagières – Grammaire, Philologie et Linguistique – dans son histoire de constitution au Brésil, à l'égard de l'enseignement de la Langue Portugaise. Nous étudions l'institutionnalisation de ces études à l'Université du Brésil, à Rio de Janeiro, et à l'Université de São Paulo, ainsi que le rapport de ces études avec la grammatisation de la langue au XIX et l'établissement de la Nomenclature Brésilienne (NGB), aux années 50 du XX<sup>ème</sup> siècle. Ces recherches nous ont permis d'établir les bases pour une réflexion sur les enjeux du rapport entre Philologie et Linguistique au tant que disciplines académiques qui sont à la base de l'enseignement de la Langue Portugaise en tant que Langue Nationale au Brésil*

**MOTS-CLÉ:** *Grammaire; Philologie; Linguistique; métalangage; terminologie.*

## **Bibliografia**

BALDINI, L. (1998) Mestrado sobre a NGB.

MACEDO SOARES (1879) *O Idioma do Moderno Portugal comparado com o do Brasil*, Rio de Janeiro.

MATTOSO CÂMARA, J. (1972) *Dispensos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

- \_\_\_\_. (1942) *Princípios de Lingüística Geral*. Rio de Janeiro: Briguiet.
- \_\_\_\_. (1970) *Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes.
- NASCENTES, A. (1939) *Estudos Filológicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- ORLANDI, E. P. (1988) Projeto História das Idéias Lingüísticas no Brasil: construção do saber metalingüístico e constituição da Língua Nacional.
- \_\_\_\_. (1998) Um sentido positivo para o cidadão brasileiro. In *Linguagem e Sociedade*, em col. Octávio Ianni e Marisa Lajollo. Campinas: Unicamp.
- \_\_\_\_. e GUIMARÃES, E. (1998) La Formation d'un espace de production linguistique: la Grammaire au Brésil. In: *Langages*, n. 130, Paris: Larousse.
- SILVEIRA BUENO, F. da (1967) *Estudos de Filologia Portuguesa*. São Paulo: Saraiva.

